

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA: superando o silenciamento e produzindo resistências

LÉCIA NÁJLA DOS SANTOS MELO

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB

Edmacy Quirina de Souza

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB

Resumo:

O presente estudo apresenta reflexões acerca da relação entre o reconhecimento identitário de estudantes negros/as e suas vivências no espaço escolar de uma instituição pública de educação. Tais reflexões compõem uma breve discussão bibliográfica, parte inicial de uma pesquisa de doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGED/UESB) que pretende analisar como se dá o processo de reconhecimento identitário de estudantes negros e negras em uma escola pública dos anos finais do ensino fundamental no município de Ilhéus/Bahia. Discutir o reconhecimento identitário a partir dos/as estudantes possibilita questionar a escola pública em suas práticas e contribui para que esta possa repensar sua lógica e alterar o percurso de construções no seu cotidiano, no estabelecimento do currículo e práticas pedagógicas. As narrativas desses sujeitos podem refletir as invisibilidades que precisam vir à tona como meio de demarcar um movimento de reestruturação para uma educação das relações étnico-raciais que acesse aqueles/as que vem sendo constantemente excluídos. Desse modo, a pesquisa visa desvelar as relações raciais que atingem o cotidiano escolar a partir das vozes dos estudantes e dialogar com intelectuais que vem pensando a escola na perspectiva antirracista e decolonial.

1318

Palavras-chave: Estudantes negros/as. Reconhecimento identitário. Relações étnico-raciais.

Abstract:

The present study presents reflections on the relationship between the identity recognition of black students and their experiences in the school space of a public educational institution. These reflections make up a brief bibliographical discussion, the initial part of a doctoral research being developed in the Postgraduate Program in Education at the State University of Southwest Bahia (PPGED/UESB) which aims to analyze how the process of identity recognition of students takes place. black men and women in a public school in the final years of elementary school in the city of Ilhéus/Bahia. Discussing identity recognition from students makes it possible to question public schools in their practices and helps them to rethink their logic and change the course of construction in their daily lives, in establishing the curriculum and pedagogical practices. The narratives of these subjects may reflect the invisibilities that need to come to light as a means of demarcating a restructuring movement for an education in ethnic-racial relations that accesses those who have been constantly excluded. In this way, the research aims to reveal the racial relations that affect everyday school life through the voices of students and to dialogue with intellectuals who have been thinking about school from an anti-racist and decolonial perspective.

Keywords: Black students. Ethnic-racial relations. Identity recognition.

Introdução

A pesquisa que ora fundamenta as discussões aqui apresentadas surge a partir das experiências desenvolvidas junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação PPGEd/UESB, quando realizei a pesquisa de mestrado em uma instituição pública no município de Ilhéus-BA onde dialoguei com os/as professores/as acerca de suas práticas pedagógicas e percebi o quanto a escola ainda se constitui um espaço de silenciamentos em relação a questão étnico-racial e, em especial, como seu cotidiano necessita abrir espaços para os diversos mundos, conhecimentos e modos de ser.

Naquela ocasião a pesquisa considerou que as práticas pedagógicas dos/as professores/as das Ciências Humanas (História, Geografia e Filosofia) envolvendo a questão racial emergem, em grande parte das vezes, por necessidades dos/as estudantes quando apresentam no espaço da sala de aula vivências do seu dia a dia em que o racismo lhes atinge, ainda que não consigam percebê-lo como tal. Os relatos e falas percebidas pelos/as professores/as expressavam a baixa autoestima com o corpo negro e a inferiorização que o desprezo impetrado socialmente lhes causa, o que gera vergonha de assumir-se negro/a e as tentativas de branquear-se como se o “ser negro” representasse a todo tempo desvalorização.

Assim, a escola, enquanto espaço formal de educação que se reflete também como espaço de formação humana e social, se constitui “[...] como um espaço em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas, também, valores, crenças e hábitos, assim como preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade” (Gomes, 2002, p. 39). Portanto, neste ambiente cabe a abertura para a constituição do ser, ou seja, a promoção de estratégias para repensar a formação dos/as estudantes enquanto sujeitos plurais.

Nesse sentido, a pesquisa realizada sinalizou resultados relevantes para a continuidade do estudo no âmbito da escola pública, em especial, na educação básica, nos anos finais do ensino fundamental, visto que os/as professores/as participantes destacaram a relevância deste espaço para pensar e discutir a relação dos/as estudantes com a aceitação/valorização dos seus corpos negros, o que constitui uma luta em prol da resistência às colonialidades, em especial envolvendo o ser, haja vista que a colonialidade do ser provoca invisibilizações e portanto, desumaniza o sujeito (Maldonado-Torres, 2007).

Dessa maneira, urge que a escola, enquanto espaço de coletividade e que congrega inúmeras diferenças em seu interior, dê espaço para perceber/conhecer o que pensam os/as estudantes em relação a si próprio e às relações que estabelecem com outros/as. Assim, pensando a partir do contexto revelado na pesquisa de mestrado surge a proposta de analisar como se dá o processo de reconhecimento identitário de estudantes negros e negras, o que envolve as relações étnico-raciais que acontecem dentro do espaço escolar e atinge, de forma direta, variados atores sociais: estudantes, professores/as, equipe diretiva e pedagógica, funcionários/as. A maneira como estas relações se estabelecem são determinantes para a promoção de um tipo de educação, seja ele opressor ou libertador.

Nessa perspectiva, ouvir os estudantes e sua relação com a escola permite uma contribuição para repensar as práticas existentes e projetar um espaço escolar que se mostre mais inclusivo e represente maior pertença e reconhecimento dos sujeitos, atores sociais que são, a todo tempo, afetados neste ambiente, seja por meio da lógica colonizadora que resiste ou dos processos decolonizadores que buscam as brechas para se implantar e trazer novos campos de pensar, ser e existir.

Assim, realizo neste estudo uma breve discussão bibliográfica no sentido de pensar a necessidade de trazer o protagonismo das relações étnico-raciais em espaço escolar como maneira de confrontar os racismos presentes e as desigualdades que geram e se consolidam não somente neste ambiente educativo como reverbera na sociedade, em todos os lugares onde os estudantes negros/as se relacionam e interagem.

Pensando a relação escola, racismos e desigualdades

O espaço escolar constitui um ambiente diverso, afetado por conhecimentos, vivências e sentimentos múltiplos. Nele estão reunidos indivíduos imbricados socialmente com uma série de questões que os atingem direta e/ou indiretamente, como a situação econômica, as relações raciais e as desigualdades, afinal este espaço constitui “um local de disputas, conflitos e de exclusão escolar e social, um espaço meritocrático, mais tradicional e conservador do que transformador” (Ferreira; Santana; Verástegui, 2022, p. 62). Em se tratando da escola pública, tais indivíduos são marcados pela desigualdade social, educacional e racial que ainda impera neste país.

Munanga (2004) sinaliza que a raça, historicamente, foi consolidada como maneira de determinar grupos superiores e inferiores, sendo estes últimos atrelados aos indivíduos com a pele escura, artifício utilizado para justificar sua dominação, literal e simbólica. Este contexto pode ser observado nas relações sociais, econômicas e também educacionais. Vivemos a realidade de uma sociedade em que o racismo é estrutural (Almeida, 2020) e suas estratégias de perpetuação envolvem a desvalorização dos diversos modos de ser existentes, a fim de determinar padrões de poder, saber e ser, projeto que vem conseguindo se estabelecer a partir da consolidação da colonialidade (Maldonado-Torres, 2020). E mais,

A partir do processo de criação do mito da racialidade, ou seja, da construção da categoria de raça como um marcador social de diferenciação, hierarquização e dominação de pessoas, surge o racismo como um sistema social e estrutural de opressões pautado no dispositivo da raça. Com o racismo, pessoas negras são rebaixadas do ponto de vista humano e, portanto, desumanizadas (Pinheiro, 2023, p. 48).

Diante deste cenário, urge cada vez mais a necessidade de romper com os processos excludentes em que o poder tem lado, endereço e cor, para tal, utilizando-se de uma ferramenta mestra: as colonialidades, que refletem a manutenção de uma sociedade desigual assentada no racismo para continuar a se estabelecer. A desigualdade latente e notória na sociedade brasileira não pode ser desassociada da questão racial, ou seja, pensar em superar as desigualdades e promover a justiça social é ao mesmo tempo considerar a amplitude que esta situação envolve, que não pode ser refletida apenas como uma questão econômica. A filósofa Nancy Fraser (2002, 2006) dá notoriedade a essa relação em seus estudos ao afirmar que “[...] a justiça social já não se cinge só a questões de distribuição, abrangendo agora também questões de representação, identidade e diferença” (Fraser, 2002, p. 9).

Para Fraser (2006) há duas formas de injustiças: a socioeconômica e a cultural ou simbólica, as quais precisam de remédios diferentes para serem combatidas e somente com o extermínio das duas poderemos viver a plena justiça social. Assim, de nada adiantaria romper com as desigualdades meramente econômicas se há grupos sociais que são desvalorizados, inferiorizados, ou seja, se a diversidade não é considerada, o que a autora denominou luta por reconhecimento. Está evidente que a sociedade precisa agir com justiça para as populações negras, o que certamente refletiria na imagem que crianças, adolescentes e jovens constroem de si. Afinal, hoje, temos uma realidade marcada pelo racismo, onde facilmente se percebe

[...] a desqualificação generalizada das coisas codificadas como “negras”, “pardas” e “amarelas”, paradigmaticamente – mas não só – as pessoas de cor. Esta depreciação se expressa numa variedade de danos sofridos pelas pessoas de cor, incluindo representações estereotipadas e humilhantes na mídia, como criminosos, brutais, primitivos, estúpidos etc; violência, assédio e difamação em todas as esferas da vida cotidiana; sujeição às normas eurocêntricas que fazem com que as pessoas de cor pareçam inferiores ou desviantes e que contribuem para mantê-las em desvantagem mesmo na ausência de qualquer intenção de discriminar; a discriminação atitudinal; a exclusão e/ou marginalização das esferas públicas e centros de decisão; e a negação de direitos legais plenos e proteções igualitárias (Fraser, 2006, pp. 235-236).

São estas as leituras sobre o ser negro a que os/as estudantes convivem cotidianamente de maneira explícita e implícita, inclusive na escola. Para a autora, a maneira como o grupo racial negro é visto pela sociedade necessita de mudanças estruturais. De um lado, envolve a sua relação social-política-econômica, onde para avançar o ideal é a luta para que a diferenciação por raça não exista, num sistema em que todos os grupos possam gozar dos mesmos direitos e condições. Por outro lado, apresenta a necessidade de reconhecimento, que envolve o fortalecimento de suas características culturais singulares que os distinguem de outros e precisam ser trabalhadas de maneira a lutar por sua valorização como pessoa, reduzindo a desigualdade na forma como são discriminados e depreciados socialmente.

Nesse sentido, urge a necessidade do rompimento de ações cotidianas que promovam inferiorização e exclusão, o que necessariamente só pode alcançar êxito quando se conseguir “[...] conceder reconhecimento positivo a um grupo especificamente desvalorizado” (Fraser, 2006, p. 236) como é o caso das populações negras, indígenas e também as mulheres, por exemplo. E, a educação escolar não pode se eximir desse processo, pois, é um meio fundamental para promoção da justiça. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER, 2004) afirmam que

Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. E isto requer mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras (Brasil, 2004, p. 11).

Nesse ínterim, não há como pensar a educação desatrelada das questões de desigualdade racial que estão incrustadas histórica e socialmente neste país, tendo em conta que elas se encontram presentes no espaço escolar delineando as atitudes, os modos de ser, os relacionamentos que se estabelecem. Santos e Santana (2022) mostram o longo processo

histórico para romper com as desiguais relações raciais no Brasil, o qual ainda enfrenta resistências diante da manutenção de uma sociedade que não aceita as diferenças, investindo na democracia racial, na ideia da mestiçagem, negação do racismo como artifícios para a não consolidação de uma identidade negra no Brasil. Os autores reforçam o movimento negro na luta para tal transformação.

Testificando o caráter de manutenção de desigualdades sociais na sociedade brasileira, que não pode ser desatrelada da desigualdade racial, o Movimento Negro desponta enquanto um educador (Gomes, 2017), que congrega uma diversidade de ações com vistas a promover libertação e enfrentar o racismo. De suas lutas emergem frutos que associados ao campo da educação, compreendem esse como um meio eficaz para rompimento de estruturas segregacionistas. Com esse fim, vemos a implantação da Lei 10.639/03 alterando a LDBEN e fortalecendo a luta antirracista por meio da educação escolar. Corroborando com este processo, a resolução do Conselho Nacional de Educação – CNE/CEP nº 001/2004, que institui as DCNERER, em seu artigo 2º, parágrafo 1º traz:

A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira (Brasil, 2004, p. 01).

1323

Nesse entendimento, a educação deve caminhar para a negociação de saberes, valores, identidades, considerando o quanto o mundo é diverso nos mais variados campos, em especial quando se trata dos modos de existir, o que envolve pensar os seres humanos como pluriétnicos valorizando a todas as existências, só assim se pode consolidar uma real democracia e, “[...] é preciso entender que não há democracia com racismo, preconceitos e discriminação de gênero, raça, etnia, sexo, dentre outros marcadores sociais da diferença” (Ferreira, Santana; Verástegui, 2022, p. 51). Para tal, a educação escolar pode ser compreendida como uma aliada na luta contra todos os tipos de discriminação, o que não se dá sem resistências.

O espaço escolar como lugar de resistências e enfrentamentos

Promover o debate sobre as questões raciais no Brasil, no espaço escolar, é uma ação mais que urgente quando se pensa no desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária e

justa, haja vista que “[...] sendo a escola um espaço de reprodução dessas estruturas de opressão, precisamos pensar em mecanismos de superação dessas mazelas também, principalmente por meio do sistema educacional formal” (Pinheiro, 2023, p. 67). O silenciamento não pode continuar sendo uma opção, afinal ele agrava cada vez mais os sofrimentos causados pelos processos de segregação que agem tendo a raça como escopo. Essa discussão é fundamental na escola, dada a sua ampla repercussão social, pois

A escola é um complexo social fundamental no processo de transformação da realidade social; ela é influenciada pelo sistema, ao passo que, em contrapartida, também o influencia, uma vez que forma as pessoas que vão ocupar e ajudar a construir todas as demais instâncias sociais. Nesse sentido, a escola precisa ser uma forte aliada no enfrentamento das opressões estruturais, fundamentalmente o racismo (Pinheiro, 2023, p. 147, grifo da autora).

Pensar nesse contexto é imprescindível para vislumbrar mudanças na educação escolar, pois a valorização da diversidade e das identidades na escola inicia um movimento de trabalhar a autoestima dos estudantes que são atingidos socialmente pelo racismo, afinal, “Não é fácil construir uma identidade negra positiva convivendo e vivendo num imaginário pedagógico que olha, vê e trata os negros e sua cultura de maneira desigual” (Gomes, 2002, p. 41). Para Munanga (2012) não há como pensar a identidade negra sem considerar a história, a cultura, as línguas e ainda o fator psicológico que engendra as expressões negras por meio da convivência entre negros e brancos e negros e negros, por tudo isso e considerando as tentativas de apagamento é que falar de identidade negra é falar de identidade política, afinal, envolve a luta pela defesa da existência.

Nesse interim, importa refletir sobre como ocorre essa relação com o reconhecimento identitário dentro do espaço escolar, lugar onde os/as estudantes passam grande parte de suas vidas, desde a infância e que exerce papel importante na constituição do ser. As DCNERER apontam para o fortalecimento de identidades e de direitos, alerta para que haja “esclarecimentos a respeito de equívocos quanto a uma identidade humana universal” (Brasil, 2004, p. 19), ou seja, o resgate às histórias não contadas e o combate às visões depreciadas lançadas a certos grupos deve ser colocada em questão, a fim de que os/as estudantes possam se sentir livres para construir positivamente suas histórias.

O reconhecimento identitário constitui um processo de construção, não é algo que acontece instantaneamente, mas que vai se dando a partir das vivências/experiências diárias dos sujeitos a partir dos seus relacionamentos nos diversos espaços, com a família, a vizinhança e,

em especial na escola, a partir do contato com professores/as, colegas e demais atores que atuam neste ambiente onde crianças, adolescentes e jovens convivem grande parte de sua existência e vão construindo o seu modo de ser e se ver no mundo.

O processo de reconhecimento identitário perpassa por superar algumas visões essencialistas que tendem a colocar essa discussão em segundo plano, não considerando as enormes consequências advindas desse processo. A ideia de um povo miscigenado, que convive sem conflitos (mito da democracia racial), celebrando a beleza de ser um povo formado por uma grande mistura, é um deles. Alguns questionamentos são relevantes para repensarmos essa realidade posta e vivenciada no espaço escolar:

[...] por que a nossa educação formal e não formal aponta que somos um povo miscigenado? Explicam-nos a origem e opção ideológica que reforça o que é ser miscigenado? Nossas crianças, jovens e adultos se dão conta de que miscigenação se configura como uma das estratégias para diluir/negligenciar as discussões étnico-raciais da nossa sociedade? Seria o discurso da miscigenação uma das ações para garantir a previsibilidade do futuro? (Miranda, 2020, p.149).

Tais questões são fundamentais e contribuem para que se repense o quanto a questão do ser, a discussão que envolve o reconhecimento identitário, é muitas vezes mascarada intencionalmente, em seu lugar permanecem as visões estereotipadas, generalizações sobre populações inferiorizadas, como as pessoas negras. Estas, são associadas a negatividade e assim se perpetua um sistema de poder que configura um mundo de dominadores e dominados, o que precisa ser combatido e, a escola é uma importante aliada nesse processo, ambiente no qual urge apresentar a população negra na sua integralidade, como um grupo social que contribuiu na construção deste país, por meio dos seus movimentos de resistências e do seu saber intelectual.

Assim, importa pensar uma educação que se mostre antirracista e contribua para a construção identitária positiva dos estudantes negros/as (Cavalleiro, 2001). Esse é um processo que se constrói na coletividade, afinal, “Nenhuma identidade é construída no isolamento. Ao contrário, é negociada durante a vida toda por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros” (Gomes, 2008, p. 3), ou seja, não é um processo que se possa fazer de maneira apartada, individual, mas porque se dá no convívio é que a escola é um lugar determinante. Saliento que tratar da identidade negra, afirmo um processo que se constitui enquanto

[...] uma construção social, histórica e cultural repleta de densidade, de conflitos e de diálogos. Ela implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Um olhar que, quando confrontado com o do outro, volta-se sobre si mesmo, pois só o outro interpela a nossa própria identidade (Gomes, 2002, p. 39).

Portanto, dada a importância deste elemento na constituição do ser, e considerando que não existe pensar o reconhecimento identitário de maneira individualizada, isolada, cabe questionar: o quanto este reconhecimento tem sido explorado nas práticas pedagógicas escolares? Como tem sido incluído ou excluído ao se pensar a constituição dos sujeitos negros/as que convivem neste espaço e ali se relacionam cotidianamente por muitos anos de sua vida? O que as vivências na escola têm proporcionado em relação a reflexões da questão étnico-racial? Como são afetados/as e como se afetam entre si, estudantes negros/as e brancos/as, negros e negras?

Não se pode desconsiderar que apesar dos muitos esforços empreendidos, ainda impera na sociedade brasileira, inclusive dentro das instituições, como a escola visões estereotipadas da pessoa negra onde “O negro é o símbolo do Mal e o do Feio” (Fanon, 2008, p.154). Diante desse contexto, como a escola se posiciona? Como repensar essa realidade a partir das práticas pedagógicas realizadas em seu interior? São questionamentos que emergem nesse contexto, e que precisam ser revertidos em transformação no espaço escolar. Até porque “Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros(as). Será que, na escola, estamos atentos a essa questão?” (Gomes, 2005, p.43). Importa que tal questionamento seja seriamente considerado.

Nesse sentido, é mais que urgente a construção de um projeto questionador, que se apresente de maneira a problematizar as bases de uma educação que vem reproduzindo invisibilizações e silenciamentos no espaço escolar. A decolonialidade apresenta-se como esse projeto que se mostra como um caminho de insurgência possível, pois, traz à tona a luta por resistências aos efeitos da colonialidade (Maldonado-Torres, 2016). Os estudos e pressupostos decoloniais, unidos a interculturalidade crítica compõem meios de contrapor a hegemonia nos corpos e mentes. Isto porque

A interculturalidade crítica não é compreendida somente como um conceito ou termo novo para referir-se ao simples contato entre o ocidente e outras civilizações, mas como algo inserido numa configuração conceitual que propõe um giro epistêmico, capaz de produzir novos conhecimentos e uma outra compreensão simbólica do mundo, sem perder de vista a colonialidade. Essa interculturalidade representa a construção de um novo espaço epistemológico que promove a interação entre os

conhecimentos subalternizados e os ocidentais, questionando a hegemonia destes e a invisibilização daqueles (Oliveira, 2004, p. 3).

Dessa maneira, a construção de uma educação que vise o reconhecimento identitário e proporcione a valorização da identidade negra pressupõe a criação de um pensamento outro que a todo tempo questione os conhecimentos, práticas e os sujeitos que convivem nos espaços escolares. Esse movimento de questionar pode propiciar o diálogo e a negociação das diferenças. Com efeito, “A interculturalidade crítica e a de-colonialidade, nesse sentido, são projetos, processos e lutas que se entrecruzam conceitual e pedagogicamente, alentando forças, iniciativas e perspectivas éticas que **fazem questionar, transformar, sacudir, rearticular e construir**” (Walsh, 2009, p. 25, grifo nosso). Portanto, reconfigurar as relações étnico-raciais na escola constitui um campo imprescindível para a transformação, pois “Articular educação e identidade negra é um processo de **reeducação do olhar pedagógico** sobre o negro” (Gomes, 2002, p. 46, grifo nosso).

Essa nova maneira de olhar pedagogicamente para os sujeitos e os processos educativos que os envolvem repercute na maneira como o corpo negro é visto/tratado neste espaço. Romper com a colonialidade é buscar a construção de outro mundo, no sentido de outra ordem organizacional que compreenda as diversas existências e valorize-as (Maldonado-Torres, 2020). Para a concretização desse projeto, apresentam-se muitos desafios a serem superados, os quais necessitarão de esforço coletivo que compreende valorizar a todos os atores sociais a fim de que o espaço escolar possa “[...]converter-se num ambiente de respeito, de crescimento, que promova o debate aberto e criterioso” (Ferreira; Santana; Verástegui, 2022, p. 66). Para a construção real de um movimento assim, em especial, os sujeitos negros precisam ter autonomia para protagonizar suas histórias, expressar os seus sentimentos, libertar-se.

Diante deste cenário “[...] a estratégia da pedagogia decolonial é produzir conhecimento que desestabilize a geopolítica ocidental e rasure os corpos colonizados para repensar as suas bases ancestrais que não se limitam ao legado eurocêntrico” (Miranda, 2020, p. 89). Portanto, pensar uma educação a partir de pressupostos decoloniais, é considerar o ser nas suas variadas existências, onde os/as estudantes possam enxergar a si mesmos como são e não a partir de imagens sociais que a todo tempo lhes são lançadas como estigmas e que tampouco, desistam de si a fim de refletir uma imagem deturpada do seu ser, onde vise igualar-se a um padrão considerado dominante e valorizado. É preciso considerar também que

Se a escola não proporcionar conhecimentos que abordem a diversidade étnico-racial de nosso país, que problematizem as posições sociais historicamente construídas de

cada grupo social, não oferecer elementos que positivem a imagem do ser negro e ser mulher, muitos alunos e alunas ainda serão estigmatizados e carregarão ressentimentos sobre a sua própria identidade (Bastos, 2015, p. 626).

Esse contexto reforça a importância de se repensar as relações que se estabelecem na sociedade e conseqüentemente no espaço escolar. De acordo com as DCNERER (2004) é papel da escola planejar e buscar meios para realizar uma “[...] educação para o reconhecimento, valorização e respeito mútuos” (Brasil, 2004, p. 24). Nesse ínterim, a identidade negra precisa ser colocada em condição de protagonismo, oportunizando aos estudantes conhecerem a si próprios a partir de lentes que conduzam a enxergarem-se positivamente, rompendo as histórias únicas (Adichie, 2019) lançadas sobre sua ancestralidade que conduzem a inferiorização e negação do ser.

Considerações finais

Diante o exposto, é preciso compreender que as diferenças presentes na sala de aula são acompanhadas pelas imensas desigualdades e conflitos que nascem no seio da sociedade historicamente e estão vivos e atuantes no espaço escolar. Esse contexto configura a resistência da manutenção de um sistema colonial de poder, o qual necessita de estratégias diversas para ser combatido. Portanto, pensar nas relações étnico-raciais na escola, a partir das narrativas de estudantes negros/as percebendo as contribuições das práticas pedagógicas no processo de pensar seu reconhecimento identitário é fundamental para a construção de um movimento antirracista que promova uma educação para a valorização das identidades plurais que neste espaço se socializam.

1328

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

BASTOS, Priscila da Cunha. “Eu nasci branquinha”: Construção da identidade negra no espaço escolar. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 2, p. 485-518, 2015. Disponível em:
<https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1117/425>. Acesso em 12 jan. 2024.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF, Outubro, 2004. Disponível em: <https://editalequidaderacial.ceert.org.br/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2024.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, Eliane (org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001, p. 141-160.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Maria de Fátima de Andrade; SANTANA, José Valdir Jesus de; VERÁSTEGUI, Rosa de Lourdes Aguilar. Decolonialidade e educação para as relações étnico-raciais: um olhar sobre o racismo e a branquitude na escola. **Odeere**, v. 7, n. 2, p. 50-70, 2022. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/11086/7042>. Acesso 06/04/2024.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 63, p. 07-20, 2002. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/63/RCCS63-Nancy%20Fraser-007-020.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2024.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo (São Paulo-1991)**, v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006.

1329

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. **Aletria: revista de estudos de literatura**, v. 9, p. 38-47, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/17912/14702>. Acesso em 10 jan. 2024.

GOMES, Nilma Lino et al. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal**, v. 10639, n. 03, p. 39-62, 2005. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>. Acesso em 11 jan. 2024.

GOMES, Nilma Lino. **Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra/Body and hair as symbols of black identity**. 2008.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes; 2017.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**, p. 127-167, 2007. Disponível em: <https://www.decolonialtranslation.com/espanol/maldonado-colonialidad-del-ser.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2024.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Sociedade e estado**, v. 31, p. 75-97, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/CxNvQSnhxqSTf4GkQvzck9G/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 jan. 2024.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2 ed. 3ª reimpressão. Autêntica, 2020. p. 27-53.

MIRANDA, Eduardo O. **Corpo-território & educação decolonial: proposições afro-brasileiras na invenção da docência**. Salvador: EDUFBA, 2020.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**, 2004. - Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03.

MUNANGA, Kabengele. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso?. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 4, n. 8, p. 06-14, 2012. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/246/222>. Acesso em 05 jan. 2024.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. O que é uma educação decolonial. **Academia. edu**. Rio de Janeiro, p. 1- 4, 2004.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

SANTOS, Carlos Geilson Souza; SANTANA, José Valdir Jesus de. Das relações raciais à educação para as relações étnico-raciais no Brasil: alguns apontamentos. **Sertanias: Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 3, n. 2, p. 1-19, 2022.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro, v. 7, p. 12-43, 2009.

Autor 1:



Lécia Nájla dos Santos Melo

Mulher e professora negra atuando na educação básica, nos municípios de Ilhéus e Ubaitaba/Bahia. Mestra e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGed/UESB).

Email: leciamelos31@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5193619836964680>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1675-1266>

Autor 2:



Edmacy Quirina de Souza

Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar; professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB; atua no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEd – UESB.

E-mail: esouza@uesb.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6674407947880299>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6712-1021>